



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**MENINAS E MULHERES GUARANI E KAIOWÁ:  
GÊNERO, POLÍTICA E A AGENDA DO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS**

Claudia Regina Nichnig<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar as agendas de enfrentamento as violências a partir de dos documentos finais produzidos pela Grande Assembleia de Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, dos anos de 2019 e 2020, no Mato Grosso do Sul. Os dois grandes encontros, que contam com a participação de meninas e mulheres Guarani e Kaiowá, são espaços de formação de lideranças femininas nos territórios indígenas do Mato Grosso do Sul e atuação política. Assim, a proposta é focar como as mulheres indígenas ali presentes problematizam e enfocam as questões das violências e as formas de enfrentamento, percebendo como são percebidas pensadas as violências no âmbito conjugal e familiar e ainda no âmbito estatal contra mulheres e crianças. Também nestes dois encontros estavam presentes a RAJ (Retomada Aty Jovem) que enfocam as questões dos jovens indígenas, e aqui problematizo as questões das meninas e adolescentes indígenas. A proposta do trabalho é perceber de que forma se constroem percepções sobre as violências, como estas afetam as meninas e mulheres nas suas experiências e vivências, e quais são as estratégias de enfrentamento. Também procuro analisar se há alguma relação das discussões sobre os enfrentamentos as violências e o acesso à educação formal por meninas e mulheres, analisando as relações possíveis entre o a acesso à educação e o fato de ocuparam posições de liderança.

**Palavras-chave:** Mulheres indígenas, Guarani, Kaiowá, gênero, violência.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as agendas de enfrentamento as violências a partir de dos documentos finais produzidos pela Grande Assembleia de Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, dos anos de 2019 e 2020, no Mato Grosso do Sul. Os dois grandes encontros, que contam com a participação de meninas e mulheres Guarani e Kaiowá, são espaços de formação de lideranças femininas nos territórios indígenas do Mato Grosso do Sul e atuação política. Assim, a proposta é focar como as mulheres indígenas ali presentes problematizam e enfocam as questões das violências e as formas de enfrentamento,

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Humanas/UFSC, Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC, Professora Substituta da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, claudianichnig@gmail.com.



**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



percebendo como são percebidas pensadas as violências no âmbito conjugal e familiar e ainda no âmbito estatal contra mulheres e crianças. Também nestes dois encontros estavam presentes a RAJ (Retomada Aty Jovem) que enfocam as questões dos jovens indígenas, e aqui problematizo as questões das meninas e adolescentes indígenas. A proposta do trabalho é perceber de que forma se constroem percepções sobre as violências, como estas afetam as meninas e mulheres nas suas experiências e vivências, e quais são as estratégias de enfrentamento. Também procuro analisar se há alguma relação das discussões sobre os enfrentamentos as violências e o acesso à educação formal por meninas e mulheres, analisando as relações possíveis entre o a acesso à educação e o fato de ocuparam posições de liderança.

Especialmente em 2020, vivemos um momento crítico em relação a implementação e a efetividade desta legislação específica, sobretudo em relação ao contexto da pandemia Corona-vírus, que assolou muitos países do mundo e foi extremamente cruel em relação as camadas mais vulneráveis da sociedade, em que o incentivo ao isolamento social (devido ao perigo do contágio da doença), aumentou os casos de violências contra as mulheres e dificultou o acesso das mesmas as políticas públicas de enfrentamento e ao sistema de Justiça. Se as mulheres que vivem em contexto urbano tiveram dificuldade devido ao distanciamento de suas redes de apoio e da dificuldade de acesso às redes públicas de enfrentamento as violências, as mulheres indígenas que vivem em suas terras tradicionais, em aldeias, áreas de retomadas, reservas indígenas, o acesso as políticas públicas ficou ainda mais prejudicado devido a necessidade de isolamento social e o grave perigo de contágio da doença em relação aos povos indígenas.

As diferentes formas de violência conjugal e familiar atingem as mulheres indígenas que fazem com que pensemos não somente nas dicotômicas experiências de homens e mulheres atravessadas por relações desiguais de poder, mas as experiências conjugais e familiares marcadas pela cultura indígena em uma relação local/global:

No caso das sociedades indígenas, há de se considerar não apenas formulações sobre ‘homens’ e ‘mulheres’, mas uma reflexão que compreenda o contexto histórico, sociocultural e político em que estão inseridas, na complexa relação entre o mundo da aldeia/local e o exterior/global. (SACCHI, 2014, p. 63)



**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Assim, se o debate teórico sobre as violências que atingem as mulheres indígenas são ou não um reflexo do colonialismo e permanece no debate da decolonialidade de gênero, por autoras como Rita Laura Segato (2012) e Oyèrónké Oyěwùmí (2004) é importante destacar que relações conjugais e familiares violentas são uma realidade, denunciadas pelas mulheres indígenas Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, que afirmam que as mulheres que vivem em espaços urbanos, como a Reserva Indígena de Dourados, mas também em aldeias e áreas de retomadas tiveram experiências de relações violentas.

As marcas da colonização, a colonialidade presente em países como os da América Latina, permanecem visíveis e transformam-se em invisibilidade social e ainda em exclusão econômica e política destas meninas e mulheres. Portanto é importante trazer à tona essa história do tempo presente, “na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua” (AREND, MACEDO, 2012, p. 6), e portanto os diferentes aportes da história e da antropologia nos são úteis para investigar, como a ciência jurídicas atravessa as vidas e os comportamentos sociais.

Os estudos decoloniais e pós-coloniais, a invisibilidade e a desconsideração das marcas da colonialidade refletem no presente, nas trajetórias e narrativas destas mulheres que vivem uma vida de exclusão em espaços marginais e periféricos. São exemplos de resistência e, como costumam afirmar, resistem há mais de quinhentos anos de um verdadeiro genocídio de seu povo e de sua cultura. Assim, as dificuldades enfrentadas diuturnamente resultam em uma visível exclusão social, pobreza e uma vida (da infância e a vida adulta) marcada por violências e na dificuldade do acesso à educação formal e à educação superior. O que quero dizer é que o resultado disso é a concretização do fenômeno da feminilização da pobreza e da banalização da violência, o que faz com que essas meninas e mulheres tenham uma extrema dificuldade no acesso às políticas públicas para que seja efetivada a justiça social.

O professor Meliá ao pesquisar sobre a história dos povos indígenas, afirma que estes “não estão no fim da história, senão no início de um futuro diferente” e nos trazem a “esperança de que outro mundo foi e é possível” (MELIÁ, 2015, p.17). As mulheres indígenas nos trazem inspiração e esperança, pois além da extrema capacidade de reinvenção, diante das violências sofridas e das dificuldades enfrentadas, nos permitem desejar um novo mundo e uma nova existência. Mesmo que não deixaremos de levar em consideração a indignação, a vontade de justiça diante das violências sofridas, ainda assim as mulheres



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



indígenas nos ensinam sobre resistência e esperança. É por isso que concordamos com o professor Meliá de que se os povos indígenas “não existissem, teríamos que inventá-los. Mas não é necessário, eles reinventam-se a cada dia e amanhecem de novo a cada manhã”. (MELIÁ, 2015, p.17)

Há uma latente ideia de que discurso institucional, e aqui estou refletindo sobretudo em relação aos aportes da ciência jurídica e sua aplicabilidade, penso que este pensamento e práticas precisam ser descolonizados. Ao focar as mulheres indígenas e negras, penso que descolonizar práticas, postura e normas é um caminho, pois são enormes os desafios para o enfrentamento da violência e do racismo institucional no Brasil (GOMES, 2019). Partindo dessas considerações, considero importante analisarmos espaços de discussão e empoderamento das mulheres, como a Grande Assembleia das Mulheres Indígenas - *Kuñangue Aty Guasu*, que é um encontro político mas também de sociabilidade das Mulheres Guarani e Kaiowá do Mato grosso do Sul, que abordam questões específicas das mulheres, sendo que a discussão sobre as violências contra as mulheres indígenas, para além das heranças coloniais que fazem parte do tempo presente.

As especificidades da aplicação da Lei Maria da Penha em relação às mulheres indígenas é possível refletir a partir de suas falas e participações como a assembleia das mulheres Guarani e Kaiowá. Estou entendendo a participação das mulheres indígenas, em espaços coletivos de escuta, como a *Kuñangue Aty Guasu* como uma espécie de “esferas públicas subalternas” (PERLATTO, 2015). Se as mulheres indígenas enfrentam dificuldades no acesso as políticas públicas e também no acesso à justiça, elas criam outras estratégias, outras formas de buscar seus direitos e realizar suas denúncias.

Mesmo que a busca pela proteção do Estado seja uma agenda necessária e continua, a busca da implementação de uma lei, como a Lei Maria da Penha, nos permite refletir como o acesso ao sistema de justiça, ainda é dificultoso e muitos vezes quase impossível. Estou entendendo que as denúncias e os espaços da assembleia se tornaram uma espécie de “esfera pública subalterna” (PERLATTO, 2015),<sup>2</sup> em que as mulheres publicizam os episódios de

---

<sup>2</sup> Pretendo aprofundar essa discussão de que as assembleias são espaços que considero como “esferas públicas subalternas”, inspirada na categoria de “subaltern counterpublics” de Nancy Fraser, discutida por Fernando Perlatto (2015).



**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



violências, no público e diante das lideranças indígenas. A partir destas denúncias públicas e a presença de autoridades, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, outros caminhos se iniciam para que medidas judiciais sejam tomadas. Assim, as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá publicizam seus relatos, mas também as conclusões que as próprias lideranças feministas estão produzindo a partir de um trabalho detalhado e criterioso, de pesquisa, organização e divulgação, tanto dos relatórios das assembleias que realização, bem como publicizam outros materiais que produzem a partir dos relatos de violências das próprias mulheres indígenas.

Outra questão importante é que através destes momentos coletivos, são formadas e estruturadas redes de proteção e enfrentamento, políticas que não são estatais e portanto são outras estratégias possíveis de enfrentamento, como a criação de suas próprias redes de proteção, organizada e gerida pelas próprias mulheres indígenas, tendo em vista o descaso e a vulnerabilidade social das mulheres indígenas brasileiras, acentuada com o desmantelamento das políticas de proteção indígena, principalmente a partir do ano de 2018.

Assim, a assembleia se torna, além de um canal de denúncia em que as demais pessoas e autoridades são chamadas para serem escuta das mulheres indígenas, um espaço de formação de redes de sociabilidade, mas também de redes de proteção, em que as mulheres indígenas além de tornar pública as suas experiências de violências, seja ela familiar e conjugal, mas também violências sofridas pelo Estado e por seus agentes públicos. Desta forma, buscar formas outras de enfrentamento se torna necessária e urgente quando suas demandas não são atendidas pelo Estado, e quando um total descaso com essas populações se apresenta e se articula a partir do próprio Governo Federal, que com afirmações racistas demonstra que esse descaso e abandono é proposital e que visa um verdadeiro genocídio dos povos tradicionais. As denúncias também estar permeadas por emoções, sentimentos de dor e sofrimento, pelos quais atravessam as mulheres que se sentem caladas diante da impossibilidade de acolhimento destas denúncias, e mesmo as que denunciam encontram dificuldade nas denúncias realizadas em espaços públicos, e muitas vezes também não são incentivadas nos espaços privados para buscarem ajuda nestas situações e procurarem por seus direitos.

Por isso, e por serem exemplos de resistência e de criarem outras formas de vida possível, como o “bem viver”, uma vida bom de ser vivida, as mulheres indígenas também



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



apresentam suas próprias estratégias de enfrentamento as violências. É claro que nas questões de violência familiar e conjugal geralmente estamos diante de questões bastante delicadas e perigosas, e muitas vezes as mulheres indígenas sofrem e são coagidas por conta que suas demandas de investigação e punição dos autores de violências, não aceita pelas lideranças, que na maioria das vezes são também masculinas. Assim há uma série de dificuldades para o enfrentamento das violências que precisam ser superadas pelas mulheres indígenas, como transpor, por exemplo, as figuras dos capitães, que são uma espécie de liderança do Estado dentro das áreas indígenas, que acabam por vezes dificultando e atrapalhando o trabalho de investigação e proteção da própria polícia.

Assim, penso que enfrentar e problematizar as questões trazidas pelas mulheres indígenas em relação ao enfrentamento das violências a que são acometidas são questões emergenciais. Além disso, pensar estas problematizações a partir dos aportes dos estudos de gênero nos faz refletir que se é preciso agir em relação às violências, ao mesmo tempo é necessário dar visibilidade as diferentes formas de violências, que são acometidas contra as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá, fomentadas e perpetradas em razão das desigualdades e diferenças de gênero, que reitera e naturaliza hierarquias, sendo que as violências sexuais e as violências físicas se reificam, quase como práticas corriqueiras, naturalizadas, aceitas e incentivadas entre os homens (indígenas ou não).

Também tomo um cuidado para visualizar que se entendo e percebo estas demandas e agendas como próximas de feminismo, muitas mulheres indígenas não percebem suas demandas como feministas, pois ainda não se sentem contempladas por estas reivindicações, as quais questionam e cruzam com a sua cultura tradicional. Entendo que é preciso aprofundar esta questão para perceber como as mulheres indígenas se veem (ou não) reconhecidas neste movimento, mesmo que pluralizado e interseccional. É preciso dizer que uma das lideranças Guarani e Kaiowá, Jaqueline Gonçalves, em entrevista publicada, afirmou que:

Primeiro é uma palavra que não tem uma tradução na nossa língua. É uma palavra não indígena. Eu entendo mais do feminismo não indígena. Uma luta pelos direitos das mulheres, mas existem pautas dentro do feminismo que tenho certeza estão distantes da realidade das mulheres indígenas. Entendo uma pauta em um sentido do feminismo no sentido do feminismo da América Latina. Porque, inclusive, há um grito de guerra do feminismo que toda a América Latina vai ser feminista. Mas entendo que o feminismo ainda



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



está longe de atingir todas as demandas de mulheres, incluindo as diferenças de cor, de classe econômica, religião e etc (NICHNIG, SAMPAIO, 2020, p.213)

Mas se para algumas mulheres indígenas o feminismo é algo que pode ser pensando a partir do marcador étnico, para outras, como Jaqueline Gonçalves, “o feminismo ainda está longe de atingir todas as demandas de mulheres”. Como disse, existem questões paradoxais nesta demanda por direitos: enquanto as mulheres buscam seu direito por uma vida sem violência, e uma vida com liberdade e autonomia, é preciso pensar como esta busca precisa conviver com as tradições e questões basilares para as mulheres indígenas, como o respeito as suas religiões, principalmente as anciãs, como rezadoras e parteiras.

Os estudos sobre as violências acometidas contra as meninas e mulheres indígenas, que são desumanizadas e trazem em seus corpos as marcas de sua etnia e do seu gênero, merecem ser aprofundadas, considerando as especificidades regionais e periféricas. Desta forma, pensar as especificidades das violências contra as mulheres indígenas a partir das reivindicações das próprias mulheres. Se essas mulheres são vítimas de violências no Brasil desde a chegada dos colonizadores, sendo que nossa nação é resultado de um estupro das mulheres indígenas e posteriormente das mulheres escravizadas, as mulheres na atualidade querem denunciar e serem ouvidas em espaços como o Kuñangue Aty Guasu. Vale lembrar que inicialmente os estudos sobre violências contra as mulheres no Brasil não enfatizava um recorte étnico. O que podemos dizer é que havia (ou ainda há em alguns espaços) uma completa invisibilidade do modo de viver da população indígena, como se estes fossem sujeitos do passado colonial e não integrassem a população brasileira. Mas esse projeto visa contribuir com o debate sobre as formas de resistência realizadas por mulheres indígenas, na atualidade sobre as violências acometidas, por seus companheiros e familiares, mas também vítimas das violências de Estado.

Se pensarmos em relação à aplicabilidade ou não da lei Maria da Penha em contextos indígenas ou o acesso às políticas públicas para essas mulheres, ainda é um universo a ser pesquisado e debatido, já que em perspectivas locais é possível perceber que as mulheres indígenas de fato ainda são alijadas ao sistema policial e de justiça, diante da dificuldade de registro das ocorrências policiais, no acesso às Delegacias de Polícia especializada, devido as grandes distâncias das aldeias às cidades e ainda ao difícil acesso às autoridades policiais e de



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



justiça. Em pesquisa realizada na cidade de Dourados, Sarah Pedrollo Machado analisou boletins de ocorrência dos anos de 2017 e 2018 registrados na Delegacia de Polícia Especializada ao Atendimento as Mulheres, localizada na cidade de Dourados, e apontou a ínfima quantidade de registros de mulheres indígenas, e as dificuldades dessas mulheres registrarem ocorrências ocorridas na Reserva Indígena de Dourados, reserva indígena mais populosa localizada no estado com a segunda maior população indígena do Brasil. A pesquisadora concluiu que os poucos registros de mulheres indígenas reflete a dificuldade do registro, diante das grandes distâncias, ausência de preparo para o atendimento de mulheres falantes da língua guarani, mas também refletem questões culturais, como as resoluções de conflitos que não necessariamente buscam as iniciativas dos brancos (karais), que levam a criminalização e o encarceramento (MACHADO, 2020). A questão da dificuldade de serem ouvidas e compreendidas devido a incompreensão da língua Guarani em espaços públicos, nos faz refletir sobre a dificuldade ou não acesso destas mulheres as políticas públicas. A socióloga indígena Martina Almeida em seu trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais (2019) relata sua experiência de tradutora da língua Guarani em uma delegacia de polícia na cidade de Amambai (MS). Mostra a dificuldade de serem compreendidas quando não há uma tradução de suas falas, em que seus relatos são insuficientemente ouvidos e transcritos em delegacias de polícias nessa região, mas que por certo é realidade de muitas mulheres indígenas brasileiras. Martina Almeida relata a importância da tradução dessas vozes, já que sem compreender a língua, a uma tentativa de compreensão pelos agentes de Polícia, que muitas vezes não condiz com que realmente aconteceu, pois a incompreensão da língua dificulta ou impede que os casos sejam realmente investigados e os violentadores punidos.

A grande reflexão sobre resistência de mulheres indígenas no contexto de violência tendo em vista corpo-território é uma ideia que conclui que influenciam as discussões no *Kuñangue Aty Guasu*, a qual tem relação com o debate teórico decolonial já construído e que entendo útil para o debate. Vários espaços de discussão tematizam a violência e as mulheres indígenas denunciavam que seus corpos são territórios violentados por homens (indígenas ou não) e sofrem igualmente a violência pelo Estado. Assim, além de necessária a discussão da implementação da lei em todo o território nacional, a aplicação e as práticas que visam o



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



enfrentamento e a eliminação das violências especialmente em relação às mulheres indígenas que são temas abordados neste espaço específico, precisam alçar outros espaços de discussão.

Além disso, outra questão importante para as meninas e mulheres indígenas é a necessidade e a importância do acesso à educação, do ensino básico ao superior, o fato é que a educação interfere diretamente em suas trajetórias, e isso é possível perceber através das narrativas das lideranças organizadoras do evento, e o fato dessas compartilharem neste espaço suas experiências, de conquista de autonomia e liberdade, através da educação e da profissionalização, o que serve de incentivo e uma forma de empoderamento para si mesma e para as outras. Martina Almeida, afirma em seu trabalho de conclusão de curso “A minha vida não começou a partir da Universidade, mas a minha visão alcançou outro olhar depois que eu comecei a frequentar a Universidade” (2019, p.5). Martina afirma que buscou a formação “para ter mais conhecimento sobre os modos como posso me defender e buscar mais informações sobre os direitos de uma mulher indígena” pretendo terminar a minha formação para ter mais conhecimento sobre os modos como posso me defender e buscar mais informações sobre os direitos de uma mulher indígena” (2019, p.5).

A participação das meninas e mulheres indígenas na assembleia também traz paradoxos. Ao mesmo tempo em que as meninas e mulheres indígenas buscam e enfatizam que devam preservar seus costumes e tradições, percebem a necessidade de integrar outros saberes, como os acadêmicos, escolares e científicos, buscando através de outros conhecimentos, a liberdade e autonomia. Assim a partir da decolonialidade do saber é possível refletir como as concepções eurocêtricas podem ser descortinadas e repensadas a partir dos saberes indígenas, mas ainda assim é preciso um debate que pense a interculturalidade Assim se existem diferenças é preciso um:

[...] o pensamento-outro caracterizado como decolonialidade se expressa na diferença colonial, isto é, um reordenamento da geopolítica do conhecimento em duas direções: a crítica da subalternização na perspectiva dos conhecimentos invisibilizados e a emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade de categorias suprimidas sob o ocidentalismo e o eurocentrismo. (MIGNOLO, 2003, apud OLIVEIRA e CANDAU, 2010, p. 24)

A partir destas reflexões proposta pelos estudos de gênero, feministas, decoloniais e uma reflexão sobre a história indígena, que entendo a necessidade de discutir a aplicação da



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Lei Maria da Penha, e sua efetiva universalidade. Assim, mesmo diante da suposta neutralidade dos direitos humanos, de que todos estamos protegidos, existe sujeitos que estão vulnerabilizados e portanto, invisibilizados, mesmo diante de uma suposta inclusão, é preciso que coloquemos luz em suas trajetórias, em suas necessidades específicas. Para isso analisarmos o acesso a justiça para as mulheres indígenas a partir de suas próprias narrativas é urgente e necessário.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Martina. **A luta e os direitos das Mulheres Indígenas Guarani Kaiowá:** Kuñangue Aty Guasu (Grandes Assembleias das Mulheres Indígenas Guarani Kaiowá). Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul – UEMS, 2019.

AREND, Silvia Maria Favero; MACEDO, Fabio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rosso. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. 2 ed., p.223-246.

MACHADO, Sarah Pedrollo. **Violência doméstica:** análise de documentos em uma delegacia de atendimento à mulher. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, UFGD, 2020.

MÉLIA S. J, Bartomeu. Memória, história e futuro dos povos indígenas. In: CHAMORRO, Graciela; COMBES, Isabelle (Org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul:** história, cultura e transformações sociais. Dourados: UFGD, 2015, p.15-17.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais, projetos Locais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021** PRESENTE  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



NICHNIG, Claudia Regina; SAMPAIO, Paula Faustino. A luta dos(as) Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul por Kunã Aranduhá. **Fronteiras**, Dourados/MS, v. 22, n. 39, 2020, p. 212-224.

OLIVEIRA Luiz Fernandes de; Vera Maria Ferrão CANDAU; Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol.26 n.1, Abril, 2010.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista Sociologia Política**, v. 23, n. 53, p. 121-145, mar. 2015, p. 121-145.

SACCHI, Ângela Célia. **Uniao, luta, liberdade e resistência: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia Brasileira**. Tese. (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SACCHI, Ângela Célia. Violências e Mulheres Indígenas: justiça comunitária, eficácia das leis e agência. **Patrimônio e memória**, São Paulo, Unesp, v. 10, n. 2, p. 62-74, julho-dezembro, 2014.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia. **Memória e res(sentimentos):** indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p.37-58.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial. **E-cadernos CES** [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 dezembro 2012, consultado a 30 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1533> ; DOI : 10.4000/eces.

\_\_\_\_\_. **Uma agenda de ações afirmativas para as Mulheres Indígenas no Brasil**. Série Antropologia, Universidade de Brasília, 2003.